

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### **RECURSO :**

AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO - RJ

Assunto: Pregão Eletrônico nº 043/2023  
Processo Adm. nº 11.502/2020

A empresa SAM MEDIC INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o N.º 21.983.850/0001-27, sediada à AV. MADRI Nº 2152, QD-82 LT-11, FAIÇALVILLE, GOIÂNIA/GO, CEP: 74.350-730.

#### 1. BREVE RELATO DOS FATOS

Trata-se de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2023- cujo objeto é Aquisição sob demanda, de EQUIPAMENTOS MÉDICOS PARA POLICLÍNICA SILVIO HENRIQUE BRAUNE, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Com referência ao Item/Lote 08, a empresa recorrente manifestou intenção de recurso em face da ilegalidade na decisão que aceitou o item encaminhado pela empresa 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 16.631.700/0001-51; ROYAL ATACADISTA E COMERCIO LTDA CNPJ: 24.103.721/0001-95.

#### DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RECURSAIS

Conforme prevê o Edital e descreve a Ata, tem-se o prazo de três dias úteis para apresentação das razões recursais. Verifica-se, portanto, na data de hoje, 20/06/2023, a tempestividade do recurso.

A legitimidade recursal e o interesse de agir são verificados pela participação ativa da RECORRENTE no referido certame. Motivação e fundamentação seguem respectivamente, por escrito, nas sessões que tratam dos Fatos e do Direito, bem como o requerimento final que está sendo encaminhado.

#### DOS FATOS:

Prezados Senhores,

A sessão pública do referido Pregão Eletrônico transcorreu entre no dia 17/04/2023 Terminada a sessão de lances. Logo após a averiguação dos documentos de Habilitação, Comissão decidiu por habilitar a empresa, empresa 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Segue o Termo de Referência:

Item 08 - ASPIRADOR DE SECREÇÃO ELÉTRICO MÓVEL - Aspirador para utilização médica, odontológica, laboratorial, com mecanismo totalmente isento de óleo e baixo nível de ruído. Alça para transporte; Tampa do frasco removível, com válvula de segurança antitransbordamento; Frasco termoplástico /vidro com capacidade de 6 a 10 litros; Motor de alta durabilidade ideal para utilização em hospitais, clínicas e consultórios; Pedal para acionamento contínuo/intermitente; Sistema eletrônico com alarme e desligamento automático para frasco cheio; Microfiltro bacteriológico; com carro suporte em pintura eletrostática e rodízios .

1º Colocada: 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA.

Produto Ofertado,

Fabricante: MRM EQUIP. Modelo: MRM-303-C2

O modelo ofertado pela licitante não atende as exigências do edital.

1. A marca MRM não tem REGISTRO na ANVISA, Sendo obrigatório o registro de equipamentos médicos hospitalares, É PROIBIDO A FABRICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS SEM REGISTRO DA ANVISA.

O registro do produto é comprovado através do manual no site da ANVISA, aprovado pela mesma e INMETRO, é o documento oficial dos produtos que podem ser comercializados no Brasil. Sendo ilegal a FABRICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS que não esteja no manual. Segue link do site da ANVISA para comprovação dos fatos.

O edital Solicita:

- a) Isento de Óleo
- b) Alça de Transporte
- c) Frasco Termoplástico/vidro de 6 a 10 litros.
- d) Pedal acionamento contínuo/intermitente.
- e) Sistema Alarme e desligamento
- f) Microfiltro
- g) Carro com suporte.

Modelo MRM-303-C2:

- a) Isento de Óleo: Sem Comprovação.
- b) Alça de Transporte: Sem Comprovação.
- c) Frasco Termoplástico/vidro de 6 a 10 litros.: Sem Comprovação.
- d) Pedal acionamento contínuo/intermitente: Sem Comprovação.
- e) Sistema Alarme e desligamento: Sem Comprovação.
- f) Microfiltro: Sem Comprovação.
- g) Carro com suporte: Sem Comprovação.

Sem o Manual/Registro na Anvisa, não tem como fazer a comprovação se o equipamento atende todas as exigências do Edital. A marca MRM não tem REGISTRO na ANVISA.

Portanto, o equipamento ofertado pela arrematante, não atende as exigências do edital, comprometendo a sua funcionalidade.

2º Colocada: ROYAL ATACADISTA E COMERCIO LTDA.

Produto Ofertado,

Marca: NEVONI Modelo: 1001 VF PE2

O modelo ofertado pela licitante não atende as exigências do edital.

Só pode ser fabricado de acordo com manual aprovado pela ANVISA/INMETRO, entrando em contradição com que é exigido em edital. Tornando ILEGAL sua comercialização

O edital Solicita:

- a) Isento de Óleo
- b) Alça de Transporte
- c) Frasco Termoplástico/vidro de 6 a 10 litros.
- d) Pedal acionamento contínuo/intermitente.
- e) Sistema Alarme e desligamento
- f) Carro com suporte.

Modelo 1001-VFPE:

- a) Isento de Óleo: Não Consta essa informação no Manual.
- b) Alça de Transporte: Não Consta essa informação no Manual.
- c) Frasco Termoplástico/vidro de 6 a 10 litros: Não Consta essa informação no Manual.
- d) Pedal acionamento contínuo/intermitente: Não Consta essa informação no Manual.
- e) Sistema Alarme e desligamento: Não Consta essa informação no Manual.
- f) Carro com suporte: Não Consta essa informação no Manual.

O modelo ofertado pela licitante não atende as exigências do edital. Todas essas informações foram retiradas do MANUAL em anexo no portal.

Só pode ser fabricado de acordo com manual aprovado pela ANVISA/INMETRO, entrando em contradição com que é exigido em edital. Tornando ILEGAL sua comercialização

Pedimos gentilmente a desclassificação da empresa.

O registro do produto é comprovado através do manual no site da ANVISA, aprovado pela mesma e INMETRO, é o documento oficial dos produtos que podem ser comercializados no Brasil. Sendo ilegal a FABRICAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PRODUTOS que não esteja no manual. Segue link do site da ANVISA para comprovação dos fatos.

Vê-se, portanto, que a proposta comercial da empresa arrematante foi apresentada em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que a proposta da empresa contestada merece sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

A soberania do Edital é prevista em lei, nos termos do Art.41 da Lei 8.666/93:

Art.41 "A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Logo, não se pode aceitar um produto que não atende o que foi estabelecido pela Administração em seu edital. Vez que não atende ao que pressupõe o instrumento convocatório, sendo que o aceite de mobiliários em condições divergentes ao estabelecido prejudica a participação dos demais licitantes.

Citamos o Art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser:

"facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

E ainda citamos o Título IV das Irregularidades; Capítulo I das Infrações e Sanções Administrativas, dispõe a Lei Nº 14.133/2021;

DO PEDIDO

## DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO

Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital, de forma que não há discricionariedade do Pregoeiro em admitir a sua não observância.

Fato exposto, a ora recorrente requer a revisão e em seguida a INABILITAÇÃO das empresas 216 MATERIAL HOSPITALAR LTDA CNPJ: 16.631.700/0001-51; ROYAL ATACADISTA E COMERCIO LTDA CNPJ: 24.103.721/0001-95, por não atender as exigências do edital.

– Caso o Douto Pregoeiro opte por manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro na Lei de Licitações e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por Autoridade Superior Competente.

– Persistindo a ADMINISTRAÇÃO na manutenção de suas decisões, solicito para os devidos fins de direito pertinentes, a cópia integral do processo administrativo referente ao EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 043/2023;

Goiânia, 20 de junho de 2023.

Bruno Mota Silva  
CPF: 087.227.536-13  
Analista de Licitação

**Fechar**